

A Educação midiática e a educomunicação como elementos das políticas públicas de educação no Brasil: o Programa Mais Educação.

PROFA. DRA. SANDRA ZITA SILVA TINÉ

Resumo: sabe-se que as aprendizagens mediadas pelas tecnologias podem ser um fator de inclusão para as crianças e adolescentes brasileiros considerando as distintas realidades escolares e sociais a partir do olhar da educomunicação. Nessa perspectiva, apresentamos um olhar sobre as experiências e números do Programa Mais Educação que, em 2016, com a mudança na gestão do MEC, foi reformulado, chamando-se agora, Programa Novo Mais Educação. Com essas mudanças vieram a reorganização da área de ação, visando a alfabetização e o letramento como ações prioritárias, entretanto, os projetos em curso no macrocampo de tecnologias e uso de mídia permanecem com sua base e facilitando as aprendizagens dos estudantes.

Sabe-se que comunicação e educação mantém uma estreita relação. Alguns autores descrevem com muita propriedade os desafios dessa relação, entre eles Peruzzo (1998), Jaquinet (1998) ressaltando a importância e a necessidade de compreender a maneira pela qual estas áreas se complementam, visto que não há como desconsiderar que estas práticas sociais são, por excelência, dinâmicas, interativas e estão, inevitavelmente, entrelaçadas.

Nesse contexto cabem reflexões e ações com a finalidade de entender e atender aos desafios impostos à comunicação e à educação de forma que seus resultados evidenciem avanços nas aprendizagens e nas relações vividas na escola e em sociedade, sobretudo se for considerada a presença das tecnologias que vem modificando estas e outras áreas da vida humana.

Assim pensando, este escrito foi produzido no contexto do VII Encontro Brasileiro de Educomunicação, realizado na ECA/USP, em novembro de 2016, e buscou apresentar um Pro-

grama nascido em 2007, no percurso das políticas públicas de educação e que resultou em experiências educomunicativas exitosas no âmbito do Programa Mais Educação, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), como uma ação que conseguiu envolver mais de 04 (quatro) milhões de estudantes da educação básica distribuídos por todas as regiões brasileiras.

Esse tem sido um feito considerável do ponto de vista da educação: as aprendizagens mediadas pelas tecnologias como um fator de inclusão para as crianças e adolescentes brasileiros considerando as distintas realidades escolares e sociais a partir do olhar da educomunicação.

A Educomunicação parte do princípio de que é preciso ampliar as diversas formas de expressão e, assim, melhorar o coeficiente comunicativo, tanto nos ambientes presenciais como nos ambientes virtuais, de forma a desenvolver o espírito crítico e analítico no uso dos diversos meios de comunicação aproveitando-se, de forma refletida e planejada, dos recursos da informação que hoje são abundantes e fundamentais no/ao processo educativo. Assim, torna-se evidente reconhecer que a prática educomunicativa visa a construção da cidadania por considerar que todos tem direito à expressão e à comunicação (SOARES, 1999) e, ainda, reconhecer as razões para que esteja presente na construção das políticas públicas de educação, particularmente no Programa Mais Educação.

Além desses aspectos considera-se que tanto na área da comunicação como na área de tecnologias destacam-se marcos legais como a Declaração dos Direitos Humanos (1948) quando diz que “[...] toda pessoa tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade” nas quais se inserem as discussões dessas áreas. Outra referência é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n. 9.394/96, que prevê os estudos da comunicação e das tecnologias em todos níveis e etapas da educação. Uma legislação mais recente é o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/14, na qual comunicação e uso de tecnologias aparecem ao lado da ciência e da cultura. Portanto, no conjunto dos marcos legais da educação, mesmo que aqui só algumas referências tenham sido citadas, a comunicação, a educação e as tecnologias se inscrevem nos ideais de democracia, liberdade, justiça, verdade e paz, sendo vistas sob diversos aspectos no contexto escolar, entre eles: currículo, recursos, gestão, acesso e infraestrutura.

Do ponto de vista do currículo podemos entender que a comunicação e as tecnologias, particularmente, são entendidas como parte da cultura e, portanto, com lugar nas práticas sociais. Isso impacta diretamente nas relações educativas. No currículo, estas áreas não se

restringem “aos muros da escola”, mas envolvem o contexto da comunidade, a realidade de forma mais ampla e que nela causam impacto.

Além disso, tem sido discutida amplamente no país uma proposta de Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com o objetivo de cumprir a meta 7 do PNE que é fomentar a qualidade da Educação Básica, do fluxo escolar e da aprendizagem. Na realidade, é um documento que se propõe a ser o ponto de partida, em termos de temáticas e conteúdos, para que as prefeituras, secretarias municipais e sistemas privados de educação construam as suas propostas curriculares para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Busca definir o que deve ser comum nos currículos de todo país.

No tocante a interface com a comunicação, encontravam-se mais de 80 (oitenta) recomendações na segunda versão preliminar do documento, revelando a interface entre a comunicação e a educação.

Para pensar as políticas de educação e o processo comunicacional com o uso de tecnologias, além de documentos, lei e recomendações existentes, considera-se algumas dimensões, entre as quais destacam-se 04 (quatro) grupos fundamentais, conforme organizados na figura 1, que se tornam referências para construção dessas políticas:



Figura 1 – Grupos centrais na construção de políticas públicas de educação

É preciso observar atentamente as necessidades de cada um desses grupos separadamente, mas não apenas. Deve-se, também, entendê-los como um ecossistema comunicativo. O primeiro grupo, o grupo dos estudantes, é para quem as políticas devem ser pensadas primeiramente. Eles são o alvo a ser contemplado no primeiro plano, portanto precisam ser ouvidos e compreendidos em suas necessidades. Ao lado deles, e igualmente importante, está o professor como o sujeito que mantém comunicação direta com os estudantes. Quais são suas necessidades? Qual a sua relevância na construção das políticas? Qual o seu envolvimento? São questões que surgem e precisam ser respondidas sempre. O terceiro

grupo responde aos temas e conteúdos que devem ser tratados na política e visam responder ao questionamento: que aprendizagens devem ser efetivadas? E, finalmente, com que tecnologias? Por quais espaços elas respondem?

Vistos de maneira separada temos foco nas necessidades individuais e correspondentes ao papel que cada um desses grupos irá desempenhar para o êxito da política. Mas, como já dito, eles também precisam ser vistos de modo integrado. Esse ecossistema corresponde ao funcionamento organizacional da política a ser desenvolvida.

Sobre os ecossistemas educativos, Magalhães (2011) esclarece que:

Na educação, ecossistemas é um processo de troca simbólica que gera os laços sociais e culturais deixados por sucessivas gerações e constituem as manifestações de processos comunicacionais na medida em que formam o tecido das relações educativas ou escolares. A Educação transforma-se em um tecido comunicativo por ser um espaço de diálogo e cidadania, assim por este fato deve-se colocar a comunicação no cerne do fazer pedagógico, ou para questioná-lo ou para agir sobre ele promovendo ecossistemas comunicativos que resolva os problemas pelos quais a educação está passando.¹

Sobre educação e tecnologias no processo comunicacional, o MEC possui outros programas e projetos que merecem ser mencionados, entre eles: a TV Escola, a Plataforma e-Proinfo, o Portal Banco Internacional de Objetos Educacionais e o Portal do professor. Outras ações são ainda desenvolvidas seguindo essa perspectiva de comunicação que interliga os grupos fundamentais considerados na construção das políticas na área educacional.

Aqui voltamos nossos olhos para um desses grandes programas: o Mais Educação que foi criado pela Portaria Interministerial n. 17/2007 e, posteriormente, regulamentado pelo Decreto n. 7.083/2010. Este programa foi uma estratégia para induzir a educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino ampliando a jornada escolar para, no mínimo, 07 (sete) horas diárias, por meio de atividades escolhidas dentro de grupos de atividades denominados macrocampos. Estes macrocampos eram: Acompanhamento Pedagógico – obrigatório; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em

1 MAGALHÃES, Altina C. Ecossistemas Comunicativos: Diagnósticos da Comunicação. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/ecossistemas-comunicativos/81324/>. Acesso em: 20.12.2016.

Educação; Cultura e artes; Promoção da saúde; Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. A formação integral humana a ser fomentada na escola por meio do Programa Mais Educação, defendia uma perspectiva que ia além da ampliação do tempo escolar. A educação integral requer que os sujeitos sejam vistos de forma integral, ou seja, a escola deve concentrar esforços para que sejam trabalhados outros aspectos da formação, entre eles: social, psicológico, pedagógico e afetivo. Em outras palavras, visa trabalhar as relações humanas, indo muito além dos aspectos da racionalidade ou da cognição, visto que dá igual relevância às artes, ao desenvolvimento de dimensões afetivas, de valores em prol do bem-estar de todos a partir de situações do cotidiano da comunidade, permitindo que os estudantes reconheçam seu papel social.

O programa previa a interligação entre as políticas públicas, o fomento da produção de conhecimento e tecnologias sociais, bem como visava ampliar a participação das famílias, comunidade, sociedade civil de forma ampla, organizações não governamentais e a esfera privada, ou seja, buscava o envolvimento de todos no processo de educação promovido pelas escolas de forma que estas fossem vistas como referência para todos.

Olhando de perto o macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica do programa, destacamos sua base teórica, cujo referencial é a Educomunicação. Esse macrocampo previa a criação e o fortalecimento de ecossistemas comunicativos com vista às necessárias mudanças na relação entre os campos comunicação e educação, por meio de práticas colaborativas e democráticas, pelo uso de múltiplas linguagens, tendo como temáticas prioritárias a educação em Direitos Humanos, a promoção da saúde, a ética e a cidadania.

Este macrocampo passou por modificações em sua nomenclatura ao longo de sua existência. Nos anos de 2008 e de 2009, se dividia em (a) Educomunicação que previa atividades de Jornal Escolar, Rádio Escolar, Histórias em Quadrinhos e Mídias Alternativas e (b) Inclusão Digital com atividades de Software Educacional e Informática, além de Tecnologia da Informação. Em 2012, passou a se constituir “Cultura Digital, Comunicação e uso de Mídias”. Finalmente, em 2013, estas áreas passaram a integrar um único conjunto: “Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica”.

A Figura 2 revela as diversas atividades desenvolvidas nesse macrocampo, das quais derivaram ações muito significativas vivenciadas nas escolas brasileiras:



Figura 2: Atividades no macrocampo “Comunicação, uso de mídias e cultura digital e Tecnologias”

As atividades desse macrocampo, estimulavam as práticas de socialização e convivência na e com a escola, sobretudo quando articuladas com outras atividades pedagógicas. O conceito de comunicação visa uma ação plena e dinâmica para garantir o direito à voz e o respeito à diversidade na comunidade escolar. Dessa forma, o professor não é mais um transmissor ativo e o estudante um receptor passivo de informações, mas constroem uma relação dialógica na qual todos tem a palavra, para estar no mundo e com o mundo.

No manual operacional do Programa Mais Educação (p. 9-10, Versão 2014), é possível encontrar as atividades do macrocampo Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica assim descritas:

- **Ambiente de Redes Sociais** – Promoção da cultura participativa por meio de ambientes de relacionamento em rede, criação de blogs e participação em redes sociais que facilitem a expressão artística-linguística e o engajamento sociocultural.
- **Fotografia** – fotografia como dispositivo pedagógico de reconhecimento das diferentes imagens e identidades que envolvem a realidade dos estudantes, da escola e da comunidade.
- **Histórias em Quadrinhos** – Utilização deste gênero textual para a formação do gosto pela leitura e para o desenvolvimento estético-visual de projetos educativos, numa perspectiva de respeito à diversidade; proteção da infância e adolescência; equidade de gênero e diversidade sexual; enfrentamento ao trabalho infantil; inclusão de pessoas com deficiência; democracia e cidadania; liberdade artística, livre expressão do pensamento, entre outras.

- **Jornal Escolar** – utilização de recursos de mídia impressa no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares. Exercício da inteligência comunicativa compartilhada com outras escolas e comunidades objetivando a promoção de uma cultura de respeito aos direitos e liberdades fundamentais, da prática democrática e solidária por meio de atividades que valorizem o respeito às diferenças.
- **Rádio Escolar** –trazer para o universo do estudante temas de direitos humanos e promoção da saúde por meio de projeto de rádio escolar, permitindo o acesso e a difusão de informação sobre direitos e liberdades fundamentais, estimulando práticas de respeito às diferenças, assim como campanhas.
- **Robótica Educacional** –preparar os estudantes para montar mecanismos robotizados simples baseados na utilização de “kits de montagem”, possibilitando o desenvolvimento de habilidades em montagem e programação de robôs. Proporciona um ambiente de aprendizagem criativo e lúdico, em contato com o mundo tecnológico, colocando em prática conceitos teóricos a partir de uma situação interativa, interdisciplinar e integrada.
- **Tecnologias Educacionais** – Aplicação de tecnologias específicas visando à instrumentação metodológica para ampliação das oportunidades de aprendizado dos estudantes.
- **Vídeo** – produção audiovisual, com exibição de curtas, produção de vídeo-histórias, criação de roteiros, filmagens, envolvendo expressões próprias da cultura local, com temas que tratem da valorização das diferenças, da afirmação da equidade, da afirmação das identidades e do registro da história local.

O interacionamento entre educação, comunicação e tecnologias proporcionaram aos estudantes da educação básica brasileira aprendizagens múltiplas e significativas, fazendo desse macro campo um dos mais desenvolvidos do programa. Os números da Tabela 1 justificam o seu sucesso.

| ÁREA | TOTAL - BRASIL |
|---------------------------|------------------|
| Ambiente de Redes Sociais | 293.775 |
| Fotografia | 252.741 |
| Histórias em Quadrinhos | 176.447 |
| Jornal Escolar | 1.198.803 |
| Rádio Escolar | 847.176 |
| Robótica Educacional | 116.379 |
| Tecnologias Educacionais | 1.442.006 |
| Vídeo | 236.606 |
| TOTAL DE ALUNOS | 4.557.060 |

Tabela 1: Número de estudantes participantes das áreas domacrocampo comunicação, uso de mídias e cultura digital e Tecnologias

Em 2016, com a mudança na gestão do MEC, o programa foi reformulado, chamando-se agora, Programa Novo Mais Educação. Com essas mudanças vieram a reorganização da área de ação, visando a alfabetização e o letramento como ações prioritárias, entretanto, os projetos em curso permanecem e devem ter continuidade diante das experiências significativas relatadas por estudantes e professores em todo país.

Os números, os projetos, os relatos de professores e estudantes revelam a efetividade do programa, particularmente, quanto ao inter-relacionamento intenso e fundamental entre a educação e a comunicação tendo as tecnologias como recurso e caminho.

Referências

JAQUINOT, Geneviève. *O que é um educador?* In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO, maio, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/aeducacao/saibamais/texto/>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

PERUZZO, Cicilia M.K. *Comunicação nos movimentos populares - a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais, in *Contato, Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação*, Brasília, ano 1, n.2, jan/mar. 1999, p. 5-75.

A AUTORA

PROFA. DRA. SANDRA ZITA SILVA TINÉ - Graduada em Geografia pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub (1988), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília – UnB (2004), Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (2009), Subsecretária de Educação Básica no Distrito Federal (2010 a 2013); Conselheira do Conselho de Educação do Distrito Federal (2010-2014); Assessora Técnica da Diretoria de Currículos e Educação Integral – SEB/MEC na Coordenação Geral de Ensino Fundamental.